

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As nossas ações e clientes:
Submetemos à aprovação do V. Sae., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa nº	2012	2011	PASSIVO	Nota explicativa nº	2012	2011
Circulante		16.066,60	9.241,93	Circulante		14.003,39	7.744,751
Disponibilidades		95.340	49.259	Depósitos	(10)	3.493.006	2.970.367
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.575,379	4.323.243	Depósitos à vista		147.718	66.065
Aplicações em mercado aberto		4.175,196	329,129	Depósitos interfinanceiros		553.378	427.953
Depósitos a prazo		3.400,183	3.893,815	Depósitos em moeda estrangeira		2.724,482	2.414,459
Aplicações em moedas estrangeiras		101,257	-	Depósitos em moeda estrangeira		67,428	61.890
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	3.639,513	1.621,480	Captações no mercado aberto		2.843,002	648,977
Carteira própria		2.427,824	1.015,800	Carteira própria		1.998,987	302,014
Carteira de terceiros		2.101	252,106	Carteira de terceiros		1.088,988	131,722
Vinculados a compromissos de recompra		94,106	18,154	Recursos de livre movimentação		159,165	125,241
Vinculados a prestação de garantias		-	-	Recursos de aceites e emissão de títulos		189,165	410,384
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		846,458	126,104	Relações interfinanceiras		54,120	36,858
Instrumentos financeiros derivativos		269,115	209,326	Recursos em trânsito de terceiros		54,120	36,858
Provisão para operações de crédito de liquidez duvidosa	(5)	343,927	271,130	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	3.040,532	563,132
Operações de arrendamento mercantil		5,333	11,744	Repasses do exterior		23,641	80,157
Arrendamentos a receber		199,304	105,388	Repasses do exterior		172,113	111,309
Sector privado		(193,971)	(93,644)	Provisão para operações de crédito de liquidez duvidosa	(6)	(9,144)	(2,573)
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		4.400,191	2.961,229	Arrendamentos a receber		199,304	105,388
Outros créditos	(7a)	4.145,052	2.702,098	Sector privado		(193,971)	(93,644)
Rendas a receber		25,774	26,523	Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		4.400,191	2.961,229
Negociação e intermediação de valores		904	7	Outros créditos	(7a)	4.145,052	2.702,098
Provisão para outros créditos de liquidez duvidosa	(8)	256,525	193,422	Rendas a receber		25,774	26,523
Despesas antecipadas		1,051	854	Negociação e intermediação de valores		904	7
Despesas antecipadas		1,051	854	Provisão para outros créditos de liquidez duvidosa	(8)	256,525	193,422
Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378	Despesas antecipadas		1,051	854
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.151,974	1.387,028	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	Despesas antecipadas		1,051	854
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	218,277	503,879	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Carteira própria		-	-	Despesas antecipadas		1,051	854
Vinculados a compromissos de recompra		1,063	14,524	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Instrumentos financeiros derivativos		217,134	519,187	Despesas antecipadas		1,051	854
Operações de crédito	(5)	101,376	137,844	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Sector privado		-	-	Despesas antecipadas		1,051	854
Operações de arrendamento mercantil		315,910	103,789	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Arrendamentos a receber		(315,910)	(103,789)	Despesas antecipadas		1,051	854
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		825,025	1.735,627	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Outros créditos	(7a)	472,541	1.439,681	Despesas antecipadas		1,051	854
Rendas a receber		1,725	1,725	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Negociação e intermediação de valores		352,51	294,221	Despesas antecipadas		1,051	854
Provisão para outros créditos de liquidez duvidosa	(8)	60	-	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		60	-	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		424,227	227,372	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		23,551	23,792	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		5,333	3,200	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		17,181	191,133	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		38,735	38,735	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		232,117	119,609	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		433,314	375,867	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		518,188	438,536	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		84,874	60,729	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		63	141	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		13,139	13,138	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		2,054	2,094	Despesas antecipadas		1,051	854
Despesas antecipadas		3,290	2,778	Despesas antecipadas		2.286,742	3.784,378
Despesas antecipadas		18,844,888	13,450,558	Despesas antecipadas		1,051	854

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	234.188	272.000	77.225	418.297	13.310	-	1.015.020
Homologação do aumento de capital	-	272.000	-	-	-	-	(10,409)
Ajuste de valores mobiliários e instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	(10,409)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	224,601	224,601
Aumento de capital	-	78,167	-	-	-	(78,167)	-
Destinações:	-	-	11,230	-	-	(75,101)	(60,103)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(60,103)	(60,103)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(75,101)	(75,101)
Juros sobre capital próprio (RS390,27 por ação)	-	-	-	-	-	(60,103)	(60,103)
Saldos em 31 de Dezembro 2011	506.188	78.167	88.455	493.398	2.901	-	1.169.109
Homologação do aumento de capital	-	78,167	-	-	-	-	(7,991)
Ajuste ao valor de mercado - TVMs	-	-	-	-	-	-	(7,991)
Lucro líquido do exercício	-	60,000	-	-	-	187,739	187,739
Aumento de capital	-	60,000	-	-	-	-	(60,000)
Destinações:	-	-	9,390	-	-	(69,300)	(60,000)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(69,300)	(69,300)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(67,055)	(67,055)
Juros sobre capital próprio (RS401,94 por ação)	-	-	-	-	-	(67,055)	(67,055)
Saldos em 31 de Dezembro 2012	584.356	60.000	97.845	544.746	(5,090)	66.884	1.281.856
Ajuste ao valor de mercado - TVMs	-	-	-	-	-	-	(5,090)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	118,407	118,407
Aumento de capital	-	-	-	-	-	(60,000)	(60,000)
Destinações:	-	-	6,888	-	-	(61,348)	(67,055)
Reserva legal	-	-	-	-	-	(61,348)	(61,348)
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(67,055)	(67,055)
Juros sobre capital próprio (RS401,94 por ação)	-	-	-	-	-	(67,055)	(67,055)
Saldos em 31 de Dezembro 2012	584.356	60.000	97.845	544.746	(5,090)	66.884	1.281.856

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa nº	2012		2011	
		2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira		554.339	1.016.256	475.020	1.575.028
Operações de crédito		15.437	32.666	41.022	102.228
Operações de arrendamento mercantil		26.948	50.852	64.459	139.189
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		471.019	1.016.256	1.263.417	2.332.559
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(104,178)	(138,918)	78,275	147,785
Operações de operações de câmbio		155,113	267,204	147,785	147,785
Despesas da intermediação financeira		(147,863)	(363,666)	(500,084)	(1.313,309)
Operações de captação no mercado		(270,224)	(581,519)	(740,661)	(1.074,944)
Operações de depósito e repasse		(137,992)	(250,061)	(327,995)	(468,288)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	(9,647)	(24,814)	(6,288)	(18,346)
Resultado bruto da intermediação financeira		146,476	366,666	500,084	1.313,309
Outras receitas (despesas) operacionais		34,454	(49,299)	(131,309)	(131,309)
Recargas de prestação de serviços		162,127	220,774	163,388	193,189
Despesas de custos fiscais, civis e trabalhistas		(80,718)	(160,224)	(138,189)	(138,189)
Resultado de participação em controlada	(9)	4,957	12,225	12,467	12,467
Outras despesas administrativas		(52,881)	(95,764)	(82,749)	(82,749)
Outras receitas operacionais	(18)	31,739	45,074	24,358	24,358
Outras despesas operacionais	(18)	(9,505)	(38,426)	(74,841)	(74,841)
Resultado não operacional		(34,967)	(34,967)	(36,775)	(36,775)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		190,484	313,504	367,633	1.179,020
Imposto de renda - contribuição social	(15)	(11,170)	(34,221)	(7,302)	(22,342)
Provisão para imposto de renda		(41,740)	(46,814)	(45,210)	(45,210)
Provisão para contribuição social		(28,647)	(34,867)	(44,633)	(44,633)
Ativo fiscal diferido		58,597	27,010	5,497	5,497
Participação no lucro		(69,297)	(71,040)	(44,688)	(44,688)
Lucro líquido do semestre/exercício		118,407	187,739	224,601	1.134,200
Juros sobre capital próprio - em RS	(14)	67,055	67,055	60,103	60,103
Resultado por ação - em RS		709,74	1.125,66	1.346,29	1.346,29

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

	2012		2011	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido ajustado	165,479	255,045	269,917	1.179,020
Lucro líquido	118,407	187,739	224,601	1.134,200
Depreciações e amortizações	3,095	5,976	4,600	8,492
Depreciação de ativos não operacionais	70,912	135,725	105,929	172,727
Superveniência de depreciação	(18,028)	(38,504)	(37,166)	(37,166)
Resultado de participação em controlada	(4,957)	(12,225)	(12,467)	(12,467)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	101,737	11,932	(38,720)	20,400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9,647	24,814	6,288	18,346
Provisão para fianças	(17,289)	(19,941)	37,180	37,180
Provisão para custos fiscais, civis e trabalhistas	(5,326)	(2,265)	(9,452)	(9,452)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(58,597)	(27,010)	(5,497)	(5,497)
Participações nos lucros e bônus	50,684	76,013	39,242	39,242
Operações - outros	4,887	5,307	1,727	1,727
Recargas de prestação de serviços não recebidas	(89,293)	(92,570)	(47,267)	(47,267)
Variação de ativos e obrigações	2.284,918	2.225,013	52,268	52,268
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras	(415,789)	(512,656)	739,394	739,394
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	322,891	(1.340,590)	1.191,071	1.191,071
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(5,800)	(3,422)	7,302	7,302
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras	12,946	17,282	(51,394)	(51,394)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(118,530)	(79,507)	(10,939)	(10,939)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	2,977	6,411	3,302	3,302
(Aumento) Redução em outros créditos	20,648	(319,734)	5,203,034	5,203,034
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(68,420)	(257)	(42)	(42)
(Aumento) Redução em depósitos interfinanceiros				



(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas Brasil estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	2012		2011		Descrição	2012		2011	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Depósito em moeda estrangeira	10.485	-	6.360	-	Depósitos à vista	(572)	-	(1.629)	-
BNP Paribas S.A. Paris controladora	(20.224)	-	(13.496)	-	Arval Brasil Ltda.	73	-	1.431	-
BNP Paribas S.A. Montreal, Londres, Hong Kong e Tokyo	(502)	-	(792)	-	Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	61	-	54	-
BNP Paribas S.A. Nova York	10.241	-	7.928	-	Cetelem América Ltda.	11	-	1	-
					Cetelem Serviços Ltda.	18	-	3	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.422.836	541.779	5.229.744	640.550	Cetelem Latin America Holding	11	-	4	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	(1.853.678)	(273.140)	(2.942.312)	(397.785)	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	393	-	131	-
Banco BGN S.A.	(2.569.157)	(268.639)	(2.287.432)	(242.765)	Petits Champs Participações e Serviços controladora	5	-	5	-
					Depósitos a Prazo	(73.481)	(4.776)	(25.401)	(425)
Arrendamento mercantil	433.314	52.853	387.531	44.529	Cetelem Latin America Holding	-	9	172	19
Arval Brasil Ltda.	(433.314)	(52.853)	(387.531)	(44.529)	Arval Brasil Ltda.	50.218	3.158	-	-
					Petits Champs Participações e Serviços controladora	23.263	1.609	25.229	406
Serviços Prestados a Receber	2.530	2.501	4.166	1.483	Depósitos Interfinanceiros	(192.224)	13.015	(65.178)	(4.274)
Arval Brasil Ltda.	(2.530)	(2.501)	(4.166)	(1.483)	Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	-	-	3.015
					Banco BGN S.A.	192.224	13.015	65.178	1.259
Devedores diversos - exterior	91.754	111.357	46.533	57.534	Obrigações por operações compromissadas	(15.301)	(1.076)	(9.800)	(6.140)
BNP Paribas S.A. - Nova York	(2.153)	(7.218)	-	-	Banco BGN S.A.	15.301	1.076	9.800	3.187
BNP Paribas S.A. - Colombia	(1.100)	(1.192)	-	-	Petits Champs Participações e Serviços controladora	-	-	-	2.953
BNP Paribas S.A. - Singapura	(441)	-	-	-	Obrigações por empréstimos e repasses	(3.147.573)	(217.336)	(566.367)	(416.002)
BNP Paribas S.A. Paris controladora	(88.060)	(102.947)	(46.533)	(57.534)	BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York, Frankfurt e Londres)	3.147.573	217.336	566.367	416.002
					Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(3.203)	-	(1.759)	-
Carteira de câmbio - arbitragem	-	-	(70.576)	(85.247)	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	3.203	-	1.759	-
BNP Paribas S.A. Paris controladora	-	-	70.576	85.247	Outras obrigações - Dívida subordinada	(269.159)	(34.614)	(274.049)	(39.105)
					BNP Paribas S.A. (Paris) controladora	269.159	34.614	274.049	39.105

20. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são aspectos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco. A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla

de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta por um Comitê Executivo, um Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) e um Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) cujas políticas e procedimentos buscam sempre observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do conglomerado financeiro e possíveis impactos associados às demais empresas consolidado econômico-financeiro de forma compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Mudança de auditores

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2011 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 13 de março de 2012, expressa uma opinião com ressalva quanto à apresentação das operações de arrendamento mercantil, como mencionado na "Base para opinião com ressalva".

São Paulo, 25 de março de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Segundo semestre de 2012

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2012, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, dos quais três diretores estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Riscos Operacionais e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o segundo semestre de 2012.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes (reuniões 59 a 61) durante o segundo semestre de 2012. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza. Também merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

Durante o segundo semestre de 2012, a exemplo do que ocorreu durante o primeiro semestre, as informações contábeis trimestrais foram avaliadas pelos membros do Comitê, que as julgaram corretas e confiáveis.

Ouidoria

Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouidoria no segundo semestre de 2012 que constatou apenas uma reclamação apresentada por um dos clientes e que foi prontamente resolvida, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se concluir que os sistemas de controle da Instituição foram avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o semestre com apenas uma recomendação considerada de alto risco, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição, a qual já se encontra atendida antes da emissão do presente relatório. Não há recomendações de alto risco feitas pela empresa de auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade todas as explicações solicitadas acerca das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, tanto no formato usual apoiado nos pronunciamentos contábeis brasileiros ("Brazilian Gaap"), quanto no formato IFRS, previsto nas normas internacionais divulgadas pelo IASB-International Accounting Standards Board, tendo o Comitê concluído que, em ambos os casos, as demonstrações financeiras apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações financeiras anteriores permitindo-lhe concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante segundo semestre de 2012, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudesse por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva.

Relativamente à efetividade de seus trabalhos em vista a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções

adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante o segundo semestre de 2012 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento é regularmente acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria.

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou suas atividades frente às demonstrações financeiras do segundo semestre de 2012 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas respectivas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PWC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do segundo semestre de 2012 (i) não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração da Sociedade em relação às demonstrações financeiras da Sociedade, (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tinham conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

Assim, (i) a partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas, (ii) da auditoria Interna que não formulou nenhuma recomendação que pudesse afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade, (iii) da empresa de auditoria independente que emitiu relatório sem ressalvas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras semestrais da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas a partir de práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade tanto as apresentadas segundo os padrões brasileiros (Brazilian Gaap) e que será objeto de publicação na forma da lei, quanto as elaboradas segundo o padrão internacional, em IFRS (International Financial Report Standards), encerradas em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 18 de março de 2013.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

BANK OF THE YEAR 2012

IFR AWARDS 2012

Comprometido com os negócios

Nós nos esforçamos para o seu sucesso

CORPORATE & INVESTMENT BANKING - WEALTH MANAGEMENT
ASSET MANAGEMENT - SECURITIES SERVICES

BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Este anúncio tem caráter meramente institucional e não constitui oferta de produtos ou serviços financeiros específicos. A International Financing Review ("IFR"), publicação líder do setor financeiro da Thomson Reuters, elegeram o BNP Paribas como o Banco do Ano de 2012. Os prêmios da IFR são um benchmark do setor para excelência global e o Banco do Ano é o prêmio mais importante.